

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	39.419.822.259,37	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	13.364.976.036,69	33,90%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	21.286.704.020,06	54,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57%	20.222.368.819,06	51,30%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	71.560.171.040,61	181,53%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	47.303.786.711,24	120,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	61.690.355,62	0,16%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.672.360.897,06	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.307.171.561,50	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.759.387.558,16	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	-

Fonte: SOF (RGF - Demonstrativos da Dívida Consolidada, das Operações de Crédito, das Garantias e Contragarantias e das Despesas com Pessoal)

Nota:

- Despesa total com pessoal referente ao Poder Executivo, conforme art. 54 combinado com o art. 55, parágrafo 1º da LRF.

Medidas Corretivas - Inciso II, artigo 55 da LRF - implementadas pelo Município:

- Negociação junto às esferas federais de governo para o encaminhamento de soluções que alterem os termos e condições do Contrato de Refinanciamento de Dívidas firmado ao amparo da MP 2.185-35 pelo Município junto à União, visando ajustar o índice de correção e a taxa de juro, às condições atuais da economia, resultou na aprovação da Lei Complementar nº 148/2014 que aguarda regulamentação.

- Ações previstas na Lei 16.047, de 18 de julho de 2014.

REINALDO SANTINHO BUENO DE SOUZA
 Diretor do Depto. de Dívidas Públicas
 CPF 012.529.018-79

EMERSON ONOFRE PEREIRA
 Diretor do Depto. de Contadoria
 CRC 1SP 247.974/O-7

ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
 Secretário de Finanças e Desenvolvimento
 Econômico
 CPF 291.717.208-80

GUSTAVO DE OLIVEIRA GALLARDO
 Controlador Geral do Município
 CPF 279.286.118.-56

FERNANDO HADDAD
 Prefeito
 CPF 052.331.178-86